ANAIS DO XIII CIDIL
ENTRE O ONÍRICO E O JURÍDICO:
O SURREAL E O REAL NO ACESSO À JUSTIÇA
06 A 09 DE NOVEMBRO DE 2024 – UNIUBE – UBERABA, MG
© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

ÓCIO DAS PRISÕES VERSUS O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS: ENCARCERAMENTO COM UM OLHAR NO FILME "CARCEREIROS"

PRISON IDLENESS VERSUS THE STATE OF UNCONSTITUTIONAL AFFAIRS: INCARCERATION WITH A LOOK AT THE FILM "CARCEREIROS"

Izabeliza Silva Campos[1]
Wesklhey José Bezera de Araújo[2]
Marina Maria Granjeiro Fernandes[3]

RESUMO: Carcereiros é um filme que relata a rotina de um policial penal dentro de uma unidade prisional, em um enredo que exemplifica as mais variadas situações advindas desse ambiente inóspito. Pretende-se, no transcorrer da análise, abordar alguns aspectos teóricos e práticos que norteiam o sistema penitenciário brasileiro, culminando com a ADPF 347 e o reconhecimento pelo STF da massiva violação de direitos fundamentais dos encarcerados e a declaração do estado de coisas inconstitucionais. O objetivo inicial do artigo é suscitar o rol dos direitos e garantias fundamentais das pessoas privadas de liberdade e o reconhecimento da ineficácia do sistema penal em promover a ressocialização. No cinema, como na realidade, indivíduos apresentam dificuldades em rechaçar os fins almejados pela pena, que supera o ideal de apenas punir, encarcerar e vigiar. Utilizando o método dialético em uma pesquisa bibliográfica, são confrontados dados públicos do Ministério da Justiça e de acesso geral, além de obras jurídicas de amplo respaldo e reconhecimento técnico, que abordam a situação do cárcere no Brasil. Nesse quesito, o filme Carcereiros demonstra que o ambiente prisional estigmatiza o encarcerado e a violação constante dos seus direitos promove mais violência.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais; Sistema Penitenciário; Cárcere; Ressocialização.

[1] Mestranda em Direito pelo PPGD UNIMAR – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Marília. Marília, SP, Brasil. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4516243020940619. E-mail: izabelizacampos@gmail.com
[2] Mestrando em Direito pelo PPGD UNIMAR – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Marília. Marília, SP, Brasil. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/4516243020940619. E-mail: wesklheyaraujo@hotmail.com
[3] Mestranda em Direito pelo PPGD UNIMAR – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Marília. Marília, SP, Brasil. CV Lattes: http://lattes.cnpq.br/5610633416193187. E-mail: marinafernandes1025@hotmail.com

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

ABSTRACT: Carcereiros is a film that tells the story of a prison officer's routine inside a prison unit, in a plot that exemplifies the most varied situations arising from this inhospitable environment. In the course of the analysis, we intend to address some theoretical and practical aspects that guide the Brazilian penitentiary system, culminating in ADPF 347 and the recognition by the STF of the massive violation of fundamental rights of inmates and the declaration of the unconstitutional state of affairs. The initial objective of the article is to raise the list of fundamental rights and guarantees of people deprived of liberty and the recognition of the ineffectiveness of the penal system in promoting resocialization. In the cinema, as in reality, individuals have difficulty rejecting the goals sought by punishment, which goes beyond the ideal of merely punishing, incarcerating and monitoring. Using the dialectical method in bibliographic research, public data from the Ministry of Justice and generally accessible data are compared, in addition to widely supported and technically recognized legal works that address the prison situation in Brazil. In this regard, the film Carcereiros demonstrates that the prison environment stigmatizes prisoners and the constant violation of their rights promotes more violence.

KEYWORDS: Fundamental Rights; Penitentiary System; Prison; Rehabilitation.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças na sociedade vêm ocorrendo em ritmo exponencial dia após dia, com isso vemos avanços em todos os setores da sociedade como também ampliação no número de crimes que resultam em encarceramento. De acordo com o Relatório de Informações Penais – RELIPEN (2024), no período de janeiro a junho de 2024, a população prisional correspondia a 663.387 (seiscentos e sessenta e três mil trezentos e oitenta e sete) pessoas recolhidas entre unidade prisionais e outras carceragens, havendo um déficit de 174.436 (cento e setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis) vagas. Diante desse panorama de recolhimentos desponta a discussão sobre os fins buscados pela pena e da (in)eficácia do sistema penitenciário em promover efetiva ressocialização.

O presente estudo, com base no filme "Carcereiros", busca analisar a situação atual do sistema penitenciário brasileiro, discutindo o ócio nas prisões e as condições de encarceramento, com ênfase no Estado de Coisas Inconstitucionais (ECI). O objetivo principal é fomentar a reflexão sobre a efetividade do encarceramento na ressocialização dos apenados, abordando a violação de direitos fundamentais e a perpetuação de condições degradantes nas prisões brasileiras. O tema justifica-se pela urgência em discutir o papel do

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Estado no cumprimento da Lei de Execução Penal e na promoção da dignidade humana para os privados de liberdade. O filme "Carcereiros" é utilizado como ponto de partida para ilustrar, por meio da ficção, uma realidade que ainda carece de medidas estruturais e de políticas públicas efetivas.

Utilizando uma metodologia de natureza bibliográfica, baseada no método dialético e em dados públicos fornecidos pelo Ministério da Justiça, bem como em obras jurídicas amplamente reconhecidas, o estudo confronta essas informações com a narrativa ficcional do filme, promovendo uma análise crítica das condições prisionais.

A conscientização de que o encarceramento não se limita apenas à segregação social, mas também busca a recuperação do indivíduo, indica que o preso, já punido pelo seu delito, deve ser direcionado à reinserção social após o cumprimento de sua pena.

Na primeira parte do estudo, será analisado o conceito de direitos fundamentais e de direitos humanos, destacando as principais diferenças entre eles, com ênfase nos direitos assegurados às pessoas privadas de liberdade. Na segunda parte, trataremos do ócio no encarceramento, discorrendo sobre a chamada “escola do crime” e ressaltando como a falta de atividades educacionais e laborais agrava aspectos da problemática penal, comprometendo a reinserção social do apenado. Na sequência, tratar-se-á de apresentar o conceito do Estado de Coisas Inconstitucionais (ECI) e sua aplicação no Brasil, abordando as falhas estruturais do sistema penitenciário e as medidas imprescindíveis que devem ser adotadas para tentar minimizar ou reverter a crise de violações massivas de direitos fundamentais.

2 DIREITOS FUNDAMENTAIS VERSUS DIREITOS HUMANOS – DIREITOS ASSEGURADOS AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

No Brasil existem inúmeros diplomas que visam resguardar os direitos fundamentais e os direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, sendo que a Constituição Federal

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

de 1988 e o Código Penal exerce o papel de balizar e limitar o exercício de punir do Estado em face das pessoas buscando respeitar o valor supremo da existência humana que é a vida. Com esse valo humano em destaque tanto no plano jurídico interno dos Estados nacionais e no âmbito internacional aponta Sarlet:

> O termo 'direitos fundamentais' se aplica àqueles direitos (em geral atribuídos à pessoas humanas) reconhecidos e positivados na pessoa da esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão 'direitos humanos' guarda relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e em todos os lugares, de tal sorte que revelam um caráter supranacional (internacional) e universal (2019, p. 390).

Por apresentarem semelhanças quanto aos direitos que são protegidos pelos direitos fundamentais e direitos humanos, em diversas vezes, temos ambas as expressões usadas como sinônimo no nosso direito pátrio. Na obra da doutrinadora Flávia Piovesan (2008, p. 25-36) o assunto é abordado como se os direitos fundamentais fossem sinônimos dos direitos humanos. Com um olhar nessa problemática Moraes utiliza a termologia direitos humanos fundamentais destacando que:

> [...] importante é realçar que os direitos humanos fundamentais relacionam-se diretamente com a garantia de não-ingerência do Estado na esfera individual e a consagração da dignidade humana, tendo um universal reconhecimento por parte da maioria dos Estados, seja em nível constitucional, infraconstitucional, seja em nível de direito consuetudinário ou mesmo por tratados e convenções internacionais (2007, p. 21).

A expressão "direitos humanos" é comumente citada no direito internacional, embora tais direitos tenham nascido dentro das bases do direito constitucional interno, ganharam destaque no plano internacional. Piovesan reforça que:

> Por sua vez, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao concentrar seu objeto nos direitos da pessoa humana, revela um conteúdo materialmente constitucional, já que os direitos humanos, ao longo da sua experiência constitucional, sempre foram considerados matéria constitucional. Contudo, no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a fonte de tais direitos é de natureza internacional (2008, p. 16).

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

No mesmo sentido Trindade esclarece que:

> [o]s tratados de direitos humanos são dotados de especificidade própria e requerem uma interpretação guiada pelos valores comuns superiores que abrigam e em que se inspiram, no que se diferenciam dos tratados clássicos que se limitam a regulamentar os interesses recíprocos entre as Partes. O caráter especial dos tratados de direitos humanos acarreta consequências jurídicas nos planos tanto do direito internacional quanto do direito público interno. Os tratados de direitos humanos partem das premissas da anterioridade dos direitos que precedem a toda organização política e social (inerentes que são ao ser humano) e de que a ação de proteção de tais direitos não se esgota – não pode se esgotar – na ação do Estado. A noção de garantia coletiva é subjacente à aplicação dos tratados de direitos humanos, e o cumprimento das obrigações internacionais de proteção requer o concurso dos órgãos internos dos Estados, chamados que são a aplicar as normas internacionais (2020, p. 49).

Presentes no plano internacional e numa concepção bastante tradicional vemos uma distinção como sendo os direitos humanos alicerçados em direitos de defesa que busca assegurar a esfera da liberdade individual de possíveis ingerências ilegítimas do Estado que possam advir do Legislativo, do Executivo e do Judiciário no plano interno de cada Estado. São prerrogativas fundamentais do homem com proteção jurídica para que este possa diante de si ter estabilidade e segurança quanto ao respeito a sua dignidade em sua plenitude. Canotilho (1996) ao tratar do tema em sua obra expressa que os direitos fundamentais no plano interno dos Estados buscam estrutura-lo assim como os direitos humanos ou direitos do homem são um núcleo básico do direito internacional que atua vinculando as ordens jurídicas internas. O valor do ser humano é inerente a própria existência humana, não podendo ser mensurado pelas ordens internas dos Estados dos Estados ou em planos externos referente ao âmbito internacional. Comparato afirma que: “Reconhece-se hoje, em toda parte, que a vigência dos direitos humanos independe de sua declaração em constituições, leis e tratados internacionais, exatamente porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana, exercida contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não” (2001, p. 227).

Do mesmo modo destaca Bobbio (1992) em sua obra, refere-se aos direitos humanos como direitos pertencentes a todos os homens em seu plano unicamente natural e aos

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

direitos fundamentais como sendo aqueles reconhecido e positivados no ordenamento jurídico de um determinado Estado.

De acordo com Masson (2020, p. 232) tanto os direitos fundamentais como os direitos humanos buscam assegurar a dignidade humana, protegendo valores como a liberdade e a igualdade que são valores importantes para a sociedade, porém como planos de consagração diversos sendo esta sua principal diferença. O nosso legislador constituinte em 1988 expressou a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais com ênfase de que os primeiros são aqueles consagrados no cenário internacional como podemos ver numa rápida leitura ao art. 4°, inciso II, da CF/88 que destaca como princípio regente das relações internacionais do país a prevalência dos direitos humanos, trazendo os direitos fundamentais num rol exemplificativo no seu Título II, ressaltando que estes apresentam os direitos positivados e reconhecidos em novo âmbito interno pelo constituinte originário.

Mendes (2008, p. 234) reforça que esta distinção conceitual que trata acerca do âmbito de sua positivação não resulta na imposição de que ambos os direitos compõem esferas estanques e incomunicáveis entre si, sendo que não é incomum os Estados em seu plano interno consagrar normas que se encontram positivadas em declarações internacionais. Tornando relativizada essa separação entre direitos humanos e direitos fundamentais visto que conforme pontua Ramos (2014, p. 51-52) atualmente ocorre uma mitigação nos instrumentos que garantem proteção a esses direitos, haja vista que é possível vislumbrar que os direitos humanos também passaram a ser objeto de proteção judicial internacional. A mitigação dessa distinção é reforçada nas palavras de Sarlet onde fechando a discussão sobe o assunto afirma:

> [...] importa deixar aqui devidamente consignado o sentido que atribuímos as expressões 'direitos humanos' (ou direitos humanos fundamentais), compreendidas como direitos da pessoa reconhecidas pela ordem jurídica internacional e com pretensão de validade universal, e 'direitos fundamentais', concebidos como aqueles direitos (dentre os quais se destacam os direitos humanos) reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional. Da mesma forma, registra-se que não se cuida de noções reciprocamente excludentes ou incompatíveis, mas, sim, de dimensão cada vez mais relacionadas entre si, o que não afasta a

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

> circunstância de se cuidar de expressões reportadas a esferas distintas de positivação, cujas consequências práticas não podem ser desconsideradas (2019, p. 392).

Elencando o conceito relacionado à distinção entre ambos os direitos, destaca-se que a principal diferença reside no âmbito de aplicabilidade: os direitos humanos possuem um caráter global, enquanto os direitos fundamentais estão atrelados à legislação nacional. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 positivou, em seu artigo 5º, inciso XLIX, que é assegurado ao condenado o direito à vida, à integridade física e moral, e à proteção contra tortura, tratamento cruel ou degradante. Além disso, há um rol de direitos especificados na Lei de Execução Penal, que garante aos indivíduos privados de liberdade a assistência à saúde, educação, assistência material, religiosa, entre outras. Isso reforça a ideia de que o sistema punitivo estatal, em sua execução, atua não apenas com o objetivo de punir os transgressores, mas também de promover a ressocialização e a posterior reinserção social no seio da sociedade.

A questão também está prevista no âmbito internacional em diversos textos normativos. Entre eles, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que o ser humano é dotado de dignidade pelo simples fato de sua condição humana. Em seu artigo 1º, declara: 'Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir umas em relação umas às outras com espírito de fraternidade.'

No mesmo sentido, temos as Regras de Mandela (2016), que apresentam um conjunto de regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos em prisões ao redor do mundo. Nessas regras, encontra-se a recomendação de que ‘todos os presos devem ser tratados com respeito, devido ao valor e à dignidade inerentes ao ser humano’. Isso destaca a dignidade humana como um direito fundamental que deve ser assegurado a todos, em quaisquer situações. O alcance das garantias previstas deve estar acessível a todos os indivíduos, independentemente de estarem ou não privados de liberdade.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

3 O ÓCIO NO ENCARCERAMENTO CONSIDERAÇÕES SOBRE A CHAMADA "ESCOLA DO CRIME"

O sistema prisional brasileiro há muito tempo tem sido alvo de severas críticas devido às condições degradantes oferecidas aos presos. Esse cenário é ilustrado no filme 'Carcereiros', baseado na obra homônima de Drauzio Varella, que destaca o tratamento destinado aos detentos e as inúmeras dificuldades de infraestrutura nos estabelecimentos prisionais. O déficit de vagas, a superlotação das celas, a alimentação insuficiente e as precárias condições estruturais dos prédios, entre outros fatores, são características marcantes das prisões brasileiras. Nesse sentido discorre Dantas e Alves:

> Além de ser um grande problema do sistema carcerário brasileiro, o grande aglomerado de pessoas em ambientes pequenos traz consigo outras complicações, como a impossibilidade de separação em decorrência do crime cometido, ou seja, pessoas que cometem delitos mais leves, divide a cela com indivíduos considerados altamente perigosos, fato este que causa um grande transtorno dentro das prisões, gerando mortes e complicações psicológicas (2021, p. 24).

No filme, por meio da ficção, temos um breve retrato da desoladora realidade brasileira nos estabelecimentos prisionais: um amontoado de seres humanos privados de diversos direitos básicos, essenciais para garantir o mínimo de dignidade. Segundo Baratta (2013, p. 193) "o cárcere não tem mais aquela função real de reeducação e de disciplina, que possuía em sua origem", o cárcere é, antes de tudo, estigmatizante e deve ser o último recurso na persecução penal. Esses indivíduos enfrentam dias improdutivos, à mercê do tempo, tentando superar metas e objetivos que, em sua maioria, se mostram inatingíveis. Discorre Zaffaroni (1991, p. 135) que os inúmeros problemas do sistema prisional do Brasil, vão além da superlotação. O uso de milhares de pequenas celas transformando-se em verdadeiros galpões superlotados, promove condições sub-humanas nos presídios, potencializando múltiplas violações de direitos em vez de conduzir à ressocialização. É nestas condições, a prisão torna-se uma "instituição que se comporta como uma verdadeira máquina deteriorante: gera uma patologia cuja principal característica é a regressão" (Zaffaroni, 1991, p. 135).

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

Sob o olhar do filme Carcereiros, a cinematografia destaca a falta de iniciativas voltadas para a ressocialização, como a oferta de educação e trabalho aos presos. Essa carência, aliada à ausência de investimentos na infraestrutura prisional, como a construção de novas vagas para aliviar a superlotação, torna o sistema carcerário falido, oneroso para a sociedade e incapaz de cumprir o propósito da execução penal: prevenir, punir e ressocializar. De acordo com Campos e Bernard, temos que

> Os números demonstram que o Estado não está conseguindo efetivar a finalidade preventiva da pena, adentramos na reflexão de que a retribuição aplicada é forma adequada, arriscamos dizer que não. A punição, proveniente com o cárcere segue como uma afronta a princípios fundamentais e a preceitos elencados no Pacto de Direitos Humanos e na Lei de Execuções Penais (2025, p. 223).

De acordo com os dados do RELIPEN (2024, p. 89), 477.492 (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e noventa e dois) presos não concluíram a educação básica, e mais de 15.170 (quinze mil, cento e setenta) são analfabetos. Esses dados evidenciam que a ociosidade dos presos e o ambiente hostil dos presídios fomentam a chamada 'escola do crime'. Com o processo de ressocialização dos apenados estagnado, além de estimular o aumento da criminalidade, esses fatores elevam os índices de reincidência penal, consequência direta da rotulação imposta aos presidiários. Discorre Dick acerca da ressocialização que

> Para que a ressocialização seja realizada com efetividade, ela deverá ser formada por três pilares fundamentais que são: a educação, a capacitação profissional e o trabalho. Esses pilares possuem como meta a ampliação do grau de escolaridade do apenado, qualificando-o profissionalmente e depois, ainda dentro do estabelecimento prisional, inseri-lo no mercado de trabalho 92021, p. 521).

Estabelecido na Lei de Execução Penal, o trabalho do preso é, ao mesmo tempo, um direito e um dever, funcionando, muitas vezes, como uma forma de terapia para o apenado. Essa atividade desperta no preso o desejo de sentir-se útil e produtivo, aumentando sua autoestima e revelando novas oportunidades de vida por meio de um processo de inclusão e integração com a sociedade. O artigo 28 da referida lei reforça que o trabalho do condenado é um dever social e uma condição de dignidade humana, possuindo uma finalidade tanto

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

educativa quanto produtiva. Posto que o trabalho é capaz de desencadear diversos efeitos no ser humano, desenvolvendo sua autoestima associada ao sentimento de orgulho por estar sendo útil e produtivo, bem como a satisfação pessoal de contribuir com a sociedade.

O trabalho do preso minimiza os efeitos negativos que a ociosidade provoca nos internos, possibilitando a exploração de suas habilidades motoras e intelectuais. Essa prática contribui para a reinserção social e reforça a necessidade de políticas públicas que invistam na infraestrutura carcerária, visando garantir condições estruturais mínimas, além de salubridade no encarceramento, para a execução de atividades laborais. Baccarini complementa:

> Quando se trata da questão da ressocialização, não há receitas definitivas, mas, sim, possibilidades de ação, visto que esse problema não pode atribuir às disciplinas penais o ônus de concretizar na totalidade a ressocialização do condenado desconsiderando a existência de outros programas e meios de controle que a sociedade e o Estado devem organizar com esse objetivo, seja por meio da educação, do aporte familiar ou religioso, etc (2012, p. 13).

No enredo do filme, o ócio nas prisões é destacado ao mostrar os custodiados passando grande parte de seus dias sem estudar ou realizar qualquer tipo de atividade laborativa. Esse cenário transforma os cárceres em locais que reproduzem a cultura do crime, tornando-a o único meio de sobrevivência, tanto dentro quanto fora dos muros prisionais. Outro aspecto que merece ser destacado, de acordo com Fucs é que:

> O desafio de ressocializar ou reeducar presos através do trabalho prisional que nunca foram ‘educados’ ou inseridos num contexto social. Dentro de um contexto em que a maioria da massa carcerária no Brasil é pobre, desprovida de bons costumes, do acesso à cultura, boas escolas, de dignidade e cidadania e, de jovens que crescem nas periferias das cidades, num ambiente de violência e miséria, onde a atuação do Estado é mínima ou inexistente, proliferando a criminalidade, acrescidas pelas políticas públicas, que muitas vezes acabam por acentuar a desigualdade social (2022, p. 349).

O ideal almejado de que o encarceramento produza 'homens novos' por meio de práticas antiquadas e desumanas é, na verdade, a imposição de um milagre à execução penal. Destaca Campos e Bernard que:

> A questão não é apenas remover temporariamente o câncer localizado na sociedade e submetê-lo a uma punição de segregação social numa cela em

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

> condições desumanas e acreditar que após passado este período de isolamento o indivíduo ora rejeitado retornará normalmente ao convívio social com o estigma do cárcere e será acolhido por aqueles que o excluíram (2025, p. 224).

Acreditar que apenas o aprisionamento seja capaz de alcançar tal objetivo é pura ficção, semelhante aos filmes produzidos que abordam apenas um pequeno aspecto dentro de um vasto e complexo contexto.

4 O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCINAIS COM UM OLHAR NO FILME "CARCEREIROS"

O Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) teve sua origem na Corte Constitucional Colombiana, em 1997. Trata-se de um mecanismo jurídico empregado por uma Corte Constitucional para reconhecer um quadro de violação massiva de direitos fundamentais, decorrente de atos comissivos e omissivos praticados por diferentes autoridades públicas. De acordo com Pereira:

> O ECI está relacionado, portanto, à constatação e declaração de um quadro de violações generalizados, contínuas e sistemáticas de direitos humanos fundamentais que, para ser superado, requer a ocorrência de transformações na estrutura e na atuação dos poderes constituídos (Legislativo, Executivo e Judiciário), que importem na construção de soluções estruturais aptas a extirpar a situação de inconstitucionalidades declaradas (2017, p. 177).

Com a relatoria do ministro Marco Aurélio, foi considerado cabível o ajuizamento da ADPF 347, juntamente com o pedido de concessão de medida cautelar, que tinha como objetivo o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) no Sistema Penitenciário Brasileiro. A ação descreveu a situação vivenciada pela população carcerária, ressaltando as diversas violações aos preceitos da Lei de Execução Penal, bem como aos direitos e garantias fundamentais. Magalhães (2019, p. 05) destaca as violações relacionadas à proibição de tortura e tratamento desumano ou degradante, bem como à vedação da aplicação de penas cruéis e ao respeito ao princípio da dignidade humana. Além disso, ele aborda questões como a segurança dos presos, as integridades física e moral, e os direitos à

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

saúde, educação, alimentação, trabalho, previdência, assistência social e assistência judiciária. No mesmo sentido, Garavito (2009, p. 435) destaca que a declaração do ECI ocorre no âmbito dos chamados casos estruturais que são caracterizados por: i) número considerado de pessoas que alegam violação de seus direitos; ii) falhas sistemáticas na implementação das políticas públicas pelas entidades estatais que geram diversas demandas judiciais; iii)implicar que os juízes em ordens de execução complexas determinem a várias entidades públicas que empreendam ações coordenadas para a proteção de toda a população afetada, não só apenas das demandas do caso concreto.

A Declaração do Estado de Coisas Inconstitucionais tem como finalidade prática a resolução de um problema concreto, em que se constata um grave quadro de violações generalizadas e permanentes aos direitos fundamentais. Quando a Corte decide pela Declaração, esta passa a beneficiar não apenas aqueles que demandaram em juízo, mas todos que se encontram na mesma situação. O objetivo é que a pluralidade de órgãos envolvidos promova mudanças estruturais, desenvolva novas políticas públicas ou ajuste as já existentes, além de criar estratégias para alocação de recursos e soluções viáveis para a problemática em questão. Nesse sentido assevera Pereira que: “O Judiciário atribui responsabilidade a um conjunto de órgãos componentes dos poderes públicos para que possam, de forma coordenada, encontrar as soluções e medidas aptas a sanar os problemas e fazer cessar as violações de direitos que importam em inconstitucionalidades” (2017, p. 179).

O filme Carcereiros destaca com clareza os pontos que fundamentaram a declaração do estado de coisas inconstitucionais. Em diversas cenas, os personagens são retratados em celas insalubres e superlotadas, refletindo diretamente as falhas estruturais apontadas pelo STF no contexto do estado de coisas inconstitucionais. A narrativa também expõe a violência constante entre facções criminosas e a necessidade de atenção diária, evidenciando a incapacidade do sistema em garantir segurança tanto para os presos quanto para os funcionários. Ferrajoli discorre que:

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

> Com a reclusão, o condenado é jogado, com muita frequência, no inferno: em uma sociedade selvagem, largamente abandonada ao jogo 'livre' das relações de força e poder entre os detidos e ao desenvolvimento de uma criminalidade carcerária descontrolada, que é exercida sobre os mais fracos e indefesos (2021, p. 12).

Além disso, a história explora o impacto emocional e psicológico das condições precárias do sistema penitenciário, tanto sobre os detentos quanto sobre os profissionais que nele trabalham, reforçando a gravidade das falhas sistêmicas. Em parte do seu voto o Ministro Marco Aurelio de Melo, apreciando o contexto da ADPF, aduz:

> No sistema prisional brasileiro, ocorre violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física, instalações das delegacias e presídios, mais do que inobservância, pelo Estado, da ordem jurídica correspondente, configuram tratamento degradante, ultrajante e indigno a pessoas que se encontram sob custódia. As penas privativas de liberdade aplicadas em nossos presídios convertem-se em penas cruéis e desumanas. Os presos tornam-se 'lixo digno de pior tratamento possível', sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e salubre. Daí o acerto do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na comparação com as 'masmorras medievais'. (Brasil, 2015, p. 6-7)

Dessa forma, a ficção reforça a crítica social sobre a necessidade urgente de medidas no sistema prisional brasileiro, como: i) a implementação de políticas de desencarceramento, com a aplicação de penas alternativas para crimes de menor gravidade e a revisão de prisões preventivas prolongadas; ii) a construção de novas unidades prisionais e a reforma das existentes, com o objetivo de garantir condições dignas de encarceramento, priorizando saneamento, alimentação e saúde; iii) a criação e implementação de programas educacionais que ofereçam oportunidades de qualificação e trabalho para os detentos, ocupando grande parte do período de recolhimento com atividades que facilitem uma reintegração mais eficaz; iv) a capacitação de policiais penais e demais funcionários para uma abordagem mais humanizada e eficiente;

Por fim, é fundamental oferecer suporte psicológico, social e profissional para ex-detentos, contribuindo para a redução da reincidência. Soares e Freire reforça que: "O encarcerado, mesmo depois de cumprir sua pena e deixar o sistema penitenciário, não chega a se

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

livrar da pecha de ex-detento, que o acompanha pelo resto da vida, como um estigma que põe em xeque seu caráter, ressaltando e agravando o risco de reincidência de condutas delituosas" (2022, p. 160).

Essas ações, aliadas a políticas públicas que fomentem a ressocialização, são indispensáveis para transformar a realidade carcerária no Brasil. Ao tratar sobre o encarceramento no Brasil, Lazari destaca que:

> O Estado possui sua finalidade na garantia e manutenção de direitos, então, seu objetivo deveria ser assegurar os direitos fundamentais, independentemente de formalismos burocráticos que não atingem o mundo real. Entretanto, a não efetividade dos mesmos direitos pode decorrer não estritamente da lei apenas, mas também de um desentendimento e de uma falha estrutural entre legislador e entidades públicas na busca da efetivação desses direitos, com falhas estruturais na implementação de políticas públicas para solucionar o problema (2022, p. 311).

Esse processo exige o envolvimento da sociedade civil e o diálogo entre diferentes atores, como ONGs, governo e setor privado, para construir soluções sustentáveis e humanizadas.

5 CONCLUSÃO

A temática da discussão que envolve o ócio nas prisões e o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) teve como objetivo analisar criticamente as condições do sistema prisional brasileiro, com foco nas massivas e repetidas violações de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade e na ausência de ressocialização, evidenciadas tanto pelos dados apresentados no Relatório de Informações Penais quanto pela realidade dos cárceres demonstrada no filme Carcereiros. Essa análise destacou um cenário de encarceramento marcado pelo ócio carcerário, pela superlotação e pela ausência de políticas públicas efetivas, reforçando o ciclo de violência e criminalidade e transformando o ambiente prisional em uma "escola do crime". O profundo descompasso entre o propósito almejado com a reprimenda estatal aplicada ao indivíduo e a ressocialização no cárcere fundamentou

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

a problemática da discussão, reforçando que as condições degradantes e a negligência do Estado perpetuam a exclusão social e a violação da dignidade humana em múltiplos aspectos.

O reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal do Estado de Coisas Inconstitucional é um marco nesse contexto, pois chama a atenção de toda a sociedade para a urgência da aplicação de reformas estruturais que enfrentem a sobrecarga do sistema penitenciário e promovam a reintegração social, garantindo o respeito a todos os direitos não atingidos pela privação de liberdade e assegurando os direitos humanos e fundamentais positivados.

Justifica-se o debate proposto pela preeminente necessidade de repensar o papel do sistema prisional como mecanismo promotor de justiça e não de perpetuação de desigualdades e violências. A busca pela construção de um modelo de encarceramento mais justo e eficiente depende de políticas públicas que priorizem, durante o período de recolhimento prisional, a educação, o trabalho e a assistência integral aos presos, com investimentos na formação de profissionais que atuam no cárcere e em melhorias na infraestrutura prisional.

Somente uma atuação mais enérgica dos poderes públicos, somada a uma abordagem integrada pelos agentes que compõem a sociedade de modo geral, pode transformar as prisões brasileiras em espaços que promovam a recuperação e reinserção dos detentos, contribuindo para a redução da criminalidade e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

BACCARINI, S. de O.S. O sistema prisional e a ressocialização. *Revista Saberes*, São João Del-Rei, 2012, p. 49-72.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à Sociologia do Direito Penal.* Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2013.

BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei 7210 de 11 de julho de 1984. Brasília: Senado Federal, 1984.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADPF 347 MC/DF.* Relator Ministro Marco Aurelio. Diário de Justiça, Brasília (DF), 11 set. 2015. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560. Acesso em: 20 dez. 2024.

CAMPOS, Izabeliza Silva; BERNARDI, Renato. Financiamento Estatal e desafios prisionais: Uma análise dos Parcerias Público Privadas no cárcere. In: *Anais do I Simpósio Regional sobre Direito e Arte - D'Arte UNIMAR*, Marília/SP, 2025.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição.* 2. ed. Coimbra: Almedina, 1996.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos.* São Paulo: Saraiva, 2001.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos.* Brasília: CNJ, 2016.

DANTAS, Bruno José Doria; ALVES, Nelson Teodomiro Souza. A crise no sistema prisional brasileiro e a aplicação do Estado de Coisa Inconstitucional. *Revista de Direito.* Viçosa, v. 13, n. 01, 2021.

DICK, Cássio Samuel. Ressocialização do preso: Uma revisão bibliográfica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*, Ciencia e Educação. São Paulo, v.7, n.7, jan. 2021.

FERRAJOLI, Luigi. Jurisdição e Execução Penal. A prisão: Uma contradição institucional. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel),* 2021.

FERRER, Walkiria Martinez Heinrich; MARTTOS, Andre; LAZARI, Rafael de. Estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro: um olhar sobre as possíveis causas do aumento da criminalidade no Brasil. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 36, 2022, p. 295-317.

FÜCS, Leandro Zamberlan. O trabalho prisional como forma de ressocialização dos apenados. *Revista Ibero-Americana de Humanidades*, Ciências e Educação. São Paulo, v. 8, n. 7, jul. 2022.

GARAVITO, César Rodríguez. Más allá del desplazamiento, o cómo surperar un Estado de Cosas Inconstitucional. In: GARAVITO, César Rodríguez (Coord.). *Más allá del desplazamiento:* políticas, derechos y superacion del desplazamiento forzado en Colombia. Bogotá, Universidad de Los Andes, Facultad de Derecho, Ediciones Uniandes, 2009.

MAGALHÃES, Breno Baía. O Estado de Coisas Inconstitucional na ADPF 347 e a sedução do Direito: o impacto da medida cautelar e a resposta das políticas públicas. *Revista Direito GV*, 2019, v. 15, n.2, 37f., e1916, p. 05.

MASSON, Nathalia. *Manual de Direito Constitucional.* 8.ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional.* 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

© 2024 BY RDL | ISSN 2525-3913

OLIVEIRA, A. B. C. de. *O trabalho como forma de ressocialização do presidiário.* Monografia (Especialização em Direito Penal e Direito Processual) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2007, 62p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Regras Mínimas de Tratamento de Reclusos:* Regras de Nelson Mandela, 1958.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro. *RIDH*, Bauru, v. 5, n.1, p. 167-190, jan./jun., 2017.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.* 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos.* 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfang; MARINONE, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional.* 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SECRETARIA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENAIS. *Relatório de Informações Penais.* Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semestre-de-2024.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SOARES, Elisiane Campos de Melo; Freire, Leonardo Oliveira. Prisão, morte social e direitos humanos. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*. v. 22, ano 2022.

TRINDADE, A. Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos direitos humanos nos planos internacional e nacional. *Direito e Democracia*, Canoas, v.1, nº 1,2000, p. 5-52.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas:* a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução: Vania Romano Pedrosa; Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.